

BREVE PANORAMA DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Sidnei Niederle¹

Lauro Mattei²

1 – POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA

Os indicadores sociais de Santa Catarina há muito tempo vêm apresentando melhor comportamento do que a média observada para o conjunto da nação, especialmente no que se refere à menor desigualdade de renda entre os catarinenses e à menor desigualdade entre os municípios do estado, como também nas áreas da educação e saúde. Dados divulgados em dezembro de 2011 pelo IBGE referentes ao ano de 2009 mostram que o PIB per capita foi de R\$ 21.214,53, contra R\$ 16.917,66 do conjunto do país (IBGE, 2011). Todavia, 3% dos municípios catarinenses registraram naquele ano PIB per capita abaixo da mediana nacional, ou seja, menos de R\$ 8.395,00.

Para fins de dimensionamento da pobreza, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estabelece uma linha de pobreza, considerando o número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. Esta, por sua vez, é definida como sendo o dobro da linha de extrema pobreza. A linha de extrema pobreza, nesta metodologia, é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). São estimados diferentes valores desta cesta para 24 regiões do país. Para tanto, utiliza-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) como fonte de dados.

O gráfico 1 apresenta a evolução da taxa de pobreza e da extrema pobreza entre os anos de 1999 e 2009 para o Brasil e Santa Catarina. Nota-se claramente que vem ocorrendo uma redução na proporção de pobres em relação ao total da população (percentual de pessoas na população total com renda familiar per capita inferior à linha de pobreza). Em âmbito nacional, esta taxa era de 35% em 1999, cresceu até 2003 chegando a aproximar-se de 36% da população e caiu consideravelmente nos anos

¹ Economista e Mestrando em Geografia na UFSC. Email: sidneiniederle@yahoo.com.br

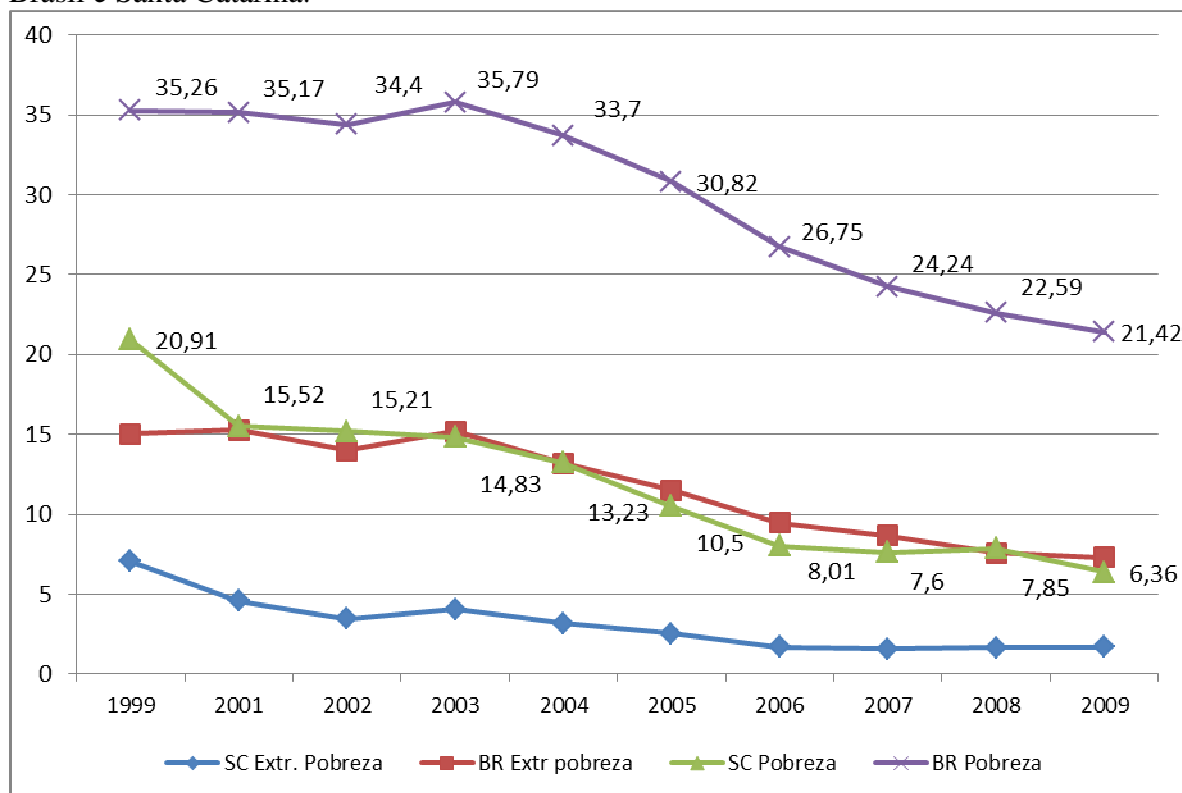
² Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia e do curso de Doutorado em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

seguintes, até chegar a pouco mais de 21% da população brasileira abaixo da linha da pobreza no ano de 2009.

Em Santa Catarina estes dados são estruturalmente diferentes, já que em comparação com as taxas nacionais o estado apresenta desempenho bem mais favorável. Em 1999 apenas 21% da população catarinense estavam abaixo da linha da pobreza. Ano após ano esta proporção foi caindo, chegando em 2009 com 6,3% da população nesta condição.

No caso da extrema pobreza, esta situação se repete, ficando as taxas nacionais consideravelmente superiores as de Santa Catarina. O movimento da linha que corresponde à extrema pobreza tem comportamento similar ao da pobreza no estado. Sai da faixa de 15% da população para a metade desse valor em 2009. Já para Santa Catarina esta proporção tendeu a 1% no final da década.

Gráfico 1: Evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza entre 1999 e 2009. Brasil e Santa Catarina.



Fonte: IPEADATA

A tabela 1 apresenta a evolução da renda familiar per capita média para o total dos catarinenses; este mesmo tipo de renda para a população pobre; para os extremamente pobres; a renda média da parcela de 1% da população mais rica; e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda. A renda familiar média dos

extremamente pobres caiu de R\$53,24 em 1999 para R\$32,09 em 2009. Embora a quantidade de pessoas nesta situação tenha se reduzido no último ano considerado, as famílias que continuam nestas condições de renda têm grandes dificuldades para garantir sua alimentação básica, o que justifica a importância de políticas públicas para reverter este quadro.

Já a renda média familiar do contingente considerado pobre apresentou melhoras, indicando uma tendência de contínua melhoria a partir da saída da condição mais precária. Todavia, este valor médio (R\$127,42) no ano de 2009 ainda estava distante da renda média familiar do estado, que no mesmo ano era de R\$970,14. Isso mostra que a desigualdade de rendimento ainda é expressiva no estado, fato que pode ser comprovado pela distância existente entre a renda média do total da população e a renda média da parcela dos 1% mais ricos (catarinenses com as maiores rendas). Registre-se que em 2009 a renda familiar média do conjunto dos catarinenses representava apenas 10,4% da renda média dos 1% mais ricos.

Tabela 1: Evolução da renda familiar per capita - média dos catarinenses, segundo condição de renda e coeficiente de Gini entre 1999 e 2009. (R\$ de outubro de 2009).

População	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Pobres	108,93	115,17	118,71	123,33	127,42	116,08
Extremamente pobres	53,24	56,43	52,38	53,89	50,52	32,09
Renda domiciliar per capita - média	628,24	699,21	699,51	764,44	867,14	970,14
1% mais rico	6.677,50	7.766,26	6.066,80	6.612,85	8.366,31	9.300,91
Coeficiente de Gini - renda domiciliar per capita (0 a 1)	0,52	0,497	0,481	0,461	0,463	0,46

Fonte:IPEADATA

2 – O CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

Dimensionar o desenvolvimento socioeconômico alcançado por um município, ou outra dimensão territorial, é um importante exercício na perspectiva de se diagnosticar problemas ou gargalos, fazer planejamento e construir ações pró-desenvolvimento. É neste sentido que se utilizará o índice de desenvolvimento municipal, o qual contribui para uma melhor compreensão da realidade socioeconômica de SC.

Este índice foi criado pelo sistema FIRJAN (Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro) visando dimensionar o nível de desenvolvimento dos municípios brasileiros. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), leva em conta três áreas do desenvolvimento, que por sua vez são expressas em três subíndices:

Emprego & Renda, Educação e Saúde. Estes índices são compostos por variáveis obtidas a partir dos dados oficiais divulgados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), Educação (MEC) e Saúde (MS). Este índice, portanto, possibilita analisar informações referentes a aspectos do desenvolvimento humano, econômico e social.

O IFDM Emprego e Renda é calculado a partir dos dados do mercado formal de trabalho, considerando: a) a geração de emprego formal; b) o estoque de emprego formal e; c) salários médios do emprego formal. Já o IFDM Educação é obtido a partir da composição das seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono; taxa de distorção idade-série; percentual de docentes com ensino superior; média de horas aula diárias e resultado do IDEB. Por fim, o IFDM Saúde é obtido pelas variáveis: número de consultas pré-natal; óbitos por causas mal definidas e; óbitos infantis por causas evitáveis.

A edição 2011 do IFDM apresenta dados referentes ao ano de 2009, defasagem explicada pelo fato de os dados oficiais serem divulgados tardiamente, o que não o impede de ser a medida mais atual disponível no Brasil para se visualizar o estágio de desenvolvimento alcançado para cada município brasileiro. Este índice varia de 0 a 1, sendo que o nível de desenvolvimento é maior quanto mais o índice se aproxima de 1. Além disso, a FIRJAN propõe que se classifique os municípios em quatro diferentes estágios: **baixo**, para municípios cujo IFDM está entre 0 e 0,4; **regular**, com IFDM entre 0,4 e 0,6; **moderado**, entre 0,6 e 0,8 e **alto** estágio de desenvolvimento para municípios que apresentam um IFDM maior que 0,8.

2.1 - Panorama geral

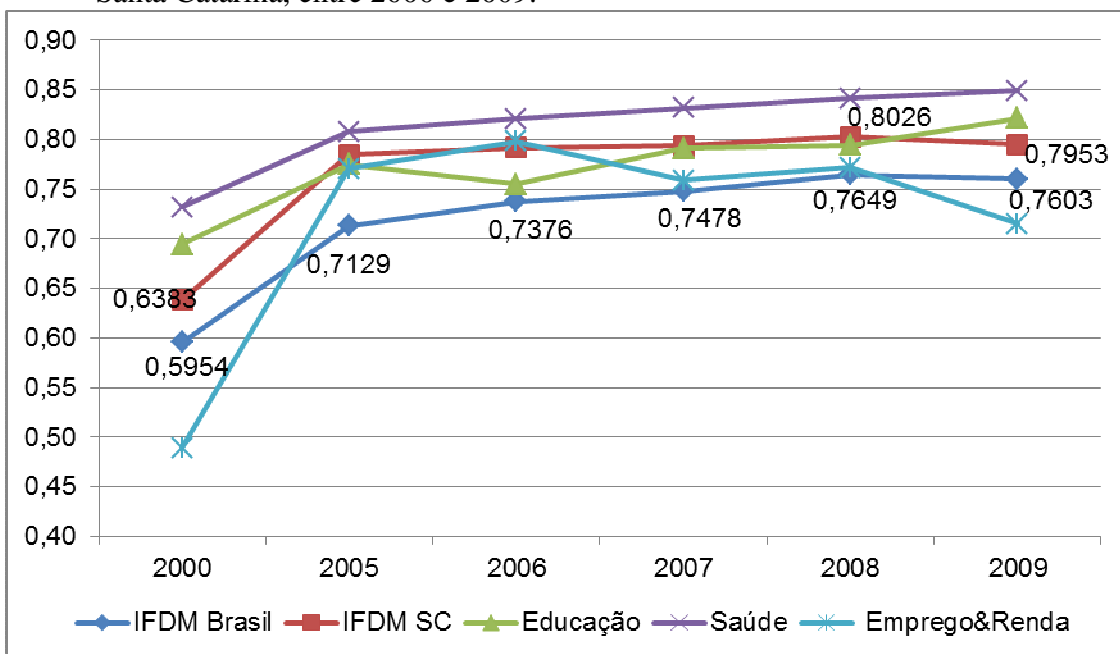
A conjuntura econômica influenciou diretamente o comportamento do índice ao longo da década analisada, já que impactou diretamente o mercado de trabalho e os próprios ganhos do trabalhador. Esta afirmação pode ser observada no gráfico 2, que mostra o índice agregado e desagregado por subsetor. No caso do subíndice Emprego e Renda, nota-se que ocorreu uma trajetória instável ao longo da década para esse subíndice em comparação com a trajetória seguida pelo IFDM agregado. Este fato ajudou a puxar para baixo o desempenho do IFDM de Santa Catarina no ano de 2009, mesmo que os índices de saúde e educação tivessem aumentado. Os efeitos da crise internacional a partir de 2008, que impactaram de maneira mais forte os estados

industrializados, como é o caso de Santa Catarina, explicam em grande medida essa trajetória do índice.

O IFDM do Brasil foi inferior ao registrado para o estado de Santa Catarina em toda a década. Assim, no ano de 2000 o índice era de 0,5954, passando para 0,7603 no ano de 2009. Para SC esses valores foram de 0,6383 e 0,7953, respectivamente.

O documento nacional da FIRJAN (2011) informa também que: a) entre os dez estados que apresentaram os melhores índices de desenvolvimento não consta nenhum estado das regiões Norte e Nordeste do Brasil; b) o estado de Santa Catarina ocupa o 4º lugar no ranking dos estados brasileiros, atrás de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro; c) ao se considerar apenas a componente Emprego e Renda, SC caiu para a 6ª colocação; d) considerando-se os demais componentes sociais, Santa Catarina ficou em segundo no ranking da educação e em 6º no ranking da saúde.

Gráfico 2: Evolução do IFDM Brasil, IFDM SC e subíndices para o estado de Santa Catarina, entre 2000 e 2009.



Fonte: FIRJAN

2.2 – Os 10 melhores e os 10 piores IFDM de Santa Catarina

A partir do IFDM calculado para cada município brasileiro em 2009 foi possível estabelecer um ranking entre os municípios com os maiores e os menores níveis de desenvolvimento. Este ranking pode ser utilizado agregadamente ou para cada subíndice

do IFDM. Este procedimento facilita a identificação de gargalos nos municípios menos desenvolvidos, bem como apresenta os fatores que estão determinando o comportamento do índice.

A tabela 2 apresenta os dez municípios de SC com os melhores índices, destacando-se a localização regional e sua posição no ranking nacional. Inicialmente nota-se que seis municípios são da mesorregião do Vale do Itajaí, um da Grande Florianópolis, um do Oeste e dois do Norte do estado. Nenhum município das mesorregiões Sul e Serrana faz parte do ranking dos dez primeiros colocados. Nos municípios de Indaial, Guaramirim e Florianópolis, observa-se que o subíndice emprego e renda contribuiu de maneira significativa, comparativamente aos demais indicadores para a formação do IFDM. Já para os demais municípios os resultados nas áreas da educação e saúde foram determinantes para o valor obtido pelo IFDM.

No âmbito geral, Santa Catarina possuía em 2009 apenas 17 do total de 293 municípios classificados na categoria definida pela FIRJAN como sendo de “alto estágio de desenvolvimento”. A grande maioria dos municípios catarinenses (263) foi classificada como apresentando desenvolvimento moderado (0,6 a 0,80), enquanto apenas 13 foram considerados de desenvolvimento regular, com índices menores a 0,6.

Observa-se, ainda, que alguns municípios que em 2009 apresentaram índices superiores a 0,8 (alto estágio de desenvolvimento), no ano de 2000 encontravam-se em uma situação inferior de desenvolvimento. Neste caso, deve-se destacar os municípios de Chapecó e Balneário Camboriú que entre 2000 e 2009 tiveram uma variação positiva no índice de 32,4% e 30,4%, respectivamente. Florianópolis apresentou uma variação de 25,3% e Blumenau de 21,3% no mesmo período. Apenas Brusque teve uma variação menor (7,6%), porém como em 2000 este município já se encontra com um índice elevado (0,79), isso contribui para explicar a sua presença entre os três municípios catarinenses com os maiores índices de desenvolvimento.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Municipal segundo ranking dos 10 primeiros municípios de Santa Catarina e sub-índices. Anos de 2009 e 2000.

Ranking IFDM 2009		Mesorregião	Municípios SC	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	IFDM 2000	Variação 2000-2009
Nacional	Estadual								
39°	1°	Vale do Itajaí	Blumenau	0,8700	0,8462	0,8832	0,8805	0,7172	21,3%
42°	2°	Gde. Florianópolis	Florianópolis	0,8679	0,8959	0,8284	0,8793	0,6928	25,3%
56°	3°	Vale do Itajaí	Brusque	0,8561	0,8015	0,8620	0,9049	0,7958	7,6%
70°	4°	Vale do Itajaí	Pomerode	0,8492	0,7344	0,8856	0,9274	0,7664	10,8%
87°	5°	Norte	Joinville	0,8406	0,8204	0,8391	0,8624	0,6974	20,5%
92°	6°	Oeste	Chapecó	0,8393	0,7391	0,8679	0,9108	0,6339	32,4%
104°	7°	Vale do Itajaí	Timbó	0,8366	0,7082	0,9121	0,8895	0,7488	11,7%
109°	8°	Vale do Itajaí	Indaial	0,8357	0,8486	0,8418	0,8167	0,7019	19,1%

118°	9°	Norte	Guaramirim	0,8338	0,8408	0,8274	0,8330	0,6945	20,1%
120°	10°	Vale do Itajaí	Balneário Camboriú	0,8327	0,7542	0,8041	0,9397	0,6384	30,4%

Fonte: FIRJAN

Outro aspecto que chama atenção na lista dos dez melhores índices é a presença significativa de municípios da mesorregião do Vale do Itajaí. Neste caso, verifica-se a expressiva participação dos índices das variáveis sociais Educação e Saúde, os quais foram visivelmente superiores ao subíndice Emprego e Renda.

Uma situação bem oposta ao apresentado anteriormente pode ser observada na tabela 3, que mostra os dez municípios com os piores IFDM do estado. De acordo com a metodologia do índice agregado, todos esses municípios são classificados com nível regular de desenvolvimento, demonstrando que praticamente não houve progresso significativo no período considerado. Isso significa que nestas localidades estão relativamente estagnadas e com baixas capacidades de respostas as variáveis que influenciam negativamente o índice.

O fato que mais chama a atenção é que sete dos dez municípios com os piores índices de desenvolvimento localizam-se na mesorregião Serrana de Santa Catarina. Os demais se encontram na mesorregião Norte (1 município) e na região Oeste Catarinense (2 municípios). O fato comum que ocorreu em todos esses municípios foi o baixo desempenho do subíndice Emprego e Renda, que é formado a partir de dados do mercado formal de trabalho. Isto indica que o estoque de postos formais de trabalho, as taxas de formalização e os níveis salariais nestes municípios situam-se em patamares extremamente baixos. Neste caso, destaca-se negativamente o município de Ponte Alta do Norte, que em 2009 apresentou um subíndice de emprego e renda de apenas 0,15. Isto significa uma enorme diferença comparativamente ao município de Blumenau, que obteve o primeiro lugar neste subíndice, com valor de 0,84.

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Municipal segundo ranking dos 10 últimos municípios de Santa Catarina e sub-índices. Anos de 2009 e 2000.

Ranking IFDM 2009		Mesorregião	Municípios SC	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	IFDM 2000	Variação 2000-2009
Nacional	Estadual								
3628°	284°	Oeste	Ipuaçú	0,5936	0,4097	0,6701	0,7011	0,6331	-6,2%
3674°	285°	Serrana	Painel	0,5913	0,3293	0,7719	0,6726	0,4947	19,5%
3764°	286°	Serrana	Santa Cecília	0,5861	0,3503	0,7125	0,6955	0,5837	0,4%
3926°	287°	Serrana	Monte Carlo	0,5772	0,3511	0,7545	0,6261	0,4817	19,8%
4111°	288°	Oeste	Lebon Régis	0,5681	0,2793	0,6626	0,7625	0,4413	28,8%
4179°	289°	Serrana	Brunópolis	0,5645	0,3350	0,7123	0,6462	0,5032	12,2%
4248°	290°	Serrana	Frei Rogério	0,5603	0,2703	0,7484	0,6623	0,5018	11,7%
4524°	291°	Serrana	São Cristovão do Sul	0,5421	0,3518	0,6562	0,6182	0,5573	-2,7%
4703°	292°	Norte	Timbó Grande	0,5319	0,2773	0,5837	0,7347	0,4803	10,7%
4910°	293°	Serrana	Ponte Alta do Norte	0,5171	0,1574	0,6904	0,7035	0,4908	5,3%

Fonte: FIRJAN

Outro fato importante observado é que na comparação com o IFDM de 2000, dois municípios (Iguaçu e São Cristóvão do Sul) apresentaram desempenho negativo no ano de 2009 de -6,2% e -2,7%, respectivamente. Já o município de Leblon Régis apresentou um desempenho positivo em 2009, sendo que para isso contribuiu decisivamente o alto índice na área de saúde (0,76) obtido no último ano. Finalmente, nota-se que nos municípios de Paineira e Monte Carlo, que no período apresentaram evolução de 19,5% e 19,8%, respectivamente, a formação do IFDM de 2009 foi fortemente influenciada pelo subíndice educação.

Em síntese, pode-se afirmar que em todos estes municípios com os piores desempenhos no estado foram os subíndices educação e saúde que elevaram o IFDM destes municípios para a condição de desenvolvimento regular.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o índice de que tratamos neste texto possa não captar todas as características do desenvolvimento socioeconômico dos municípios, ele apresenta-se como importante ferramenta para orientar ações de políticas públicas e auxiliar na análise da realidade catarinense. Além disso, o IFDM é a medida mais atual para se dimensionar os níveis de desenvolvimento dos municípios e, diferentemente de outros bancos de dados - como o estudo sobre o PIB municipal divulgado em dezembro de 2011 pelo IBGE – ele capta também aspectos de ordem social, particularmente nas áreas de educação e saúde, além de uma dimensão produtiva (nível de emprego).

Da mesma forma, os dados sobre pobreza e desigualdade ajudam a lançar luz sobre os desafios que ainda estão presentes na primeira década do século XXI no âmbito do estado de Santa Catarina.

A título de conclusões, pode-se dizer que:

1) os níveis de pobreza e pobreza extrema são menores em Santa Catarina comparativamente ao conjunto do país. Isto sugere que se a queda destes indicadores continuar, a pobreza extrema poderá ser erradicada no estado nos próximos anos. Assim, nota-se que as condições de renda do contingente pobre da população vêm melhorando, porém a desigualdade se mantém como uma característica negativa da sociedade catarinense;

2) o estado apresenta melhores resultados comparativamente ao país em toda a série do IFDM analisada, sendo que mesmo com oscilações conjunturais na variante

emprego e renda, o índice agregado se mantém praticamente estável, tendo sido sustentado pelos resultados positivos obtidos nas áreas de Educação e Saúde;

3) verifica-se que praticamente todos os municípios melhor colocados no ranking dos maiores índices (IFDM) estão localizados na mesorregião do Vale do Itajaí;

4) na mesorregião da Grande Florianópolis chama atenção que apenas a capital aparece entre os dez primeiros municípios do ranking estadual. Em grande medida, essa colocação pode ter sido garantida pelos resultados positivos na esfera de emprego e renda;

5) na mesorregião Serrana localizam-se sete dos dez municípios que ocupam as piores colocações no ranking do IFDM do estado de SC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IFDM EDIÇÃO 2011 – ANO BASE 2009. Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (ifdm). Diretoria de Desenvolvimento Econômicos – DDE e Gerência de Estudos Econômicos – GEE da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. Contas Nacionais nº 35. Rio de Janeiro, 2011.